

CONCEPÇÕES DA VIVÊNCIA INTELECTUAL EM RACHEL DE QUEIROZ E FRAN MARTINS (1930 -1950)

Plauto Daniel Santos Alves: graduando em História pela UFC

Plautyos775@hotmail.com

Introdução

Este trabalho trata tanto das noções relativas ao papel e lugar do intelectual, quanto das trajetórias e experiências construídas por dois escritores cearenses: Fran Martins e Rachel de Queiroz. Para tanto me sirvo de obras literárias, biografias, discursos e proclamações públicas. As balizas temporais (1930 -1950) delimitam a iniciação e formação da prática literária desses autores, período marcado pela experimentação e aprendizado do ofício, pela busca de equilíbrio profissional e material, por escolhas políticas e conseqüentemente, pelas primeiras intromissões num debate sobre a relação entre o intelectual e o poder público, bastante profícuo à análise de uma cultura política¹ dos intelectuais neste período. No mais, este momento também corresponde às primeiras inserções em instituições, ao início do tecer de sociabilidades literárias e à vivência de acontecimentos fundamentais para a interiorização de valores e idéias políticas.

Rachel de Queiroz é, provavelmente, a escritora cearense de maior notoriedade alcançada durante o século XX. Suas crônicas, publicadas na revista *O Cruzeiro*, assim como seus romances tiveram ampla divulgação na sociedade brasileira, podendo a autora valer-se de nomes importantes no mercado livresco do período como o da editora José Olympio.

Na contramão desse sucesso vem Fran Martins, figura intelectual central à dinâmica do círculo de jovens escritores cearenses então emergentes no cenário cultural de meados da década de 40, que, reunidos em Congresso realizado em Fortaleza, colocavam à mostra sua insatisfação no que diz respeito à impossibilidade de inserção no circuito nacional, à pequena margem de chance de sobrevivência imposta àqueles que se aventurassem a viver unicamente do ofício de escritor, às dificuldades de editoração e à debilidade da circulação de suas obras. A este conjunto de fatores, Fran Martins deu o epíteto de “condição provinciana de escrita”.

¹ Entendo cultura política como: “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas, partilhado por determinado grupo humano que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro”. Esta definição está em MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia**. In MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (org.) **CULTURAS POLÍTICAS NA HISTÓRIA: Novos Estudos**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009. p. 21.

O que há de intrigante e até paradoxal nas trajetórias acima, é a maneira com que ambas, apesar de partirem de um contexto social e intelectual muito semelhante, parecem se distanciar, de modo que, a existência de uma, apesar de ser aquilo que a complementa, parece negar a possibilidade de legitimação da outra: Como poderiam escritores competentes afirmar que as condições materiais de sua região são aquilo que impede seu trabalho de ter a justa apreciação e prestígio, se a presença de Rachel, contemporânea deles, estava aí pra provar que se podia ser cearense nativo e alcançar os louros da visibilidade nacional?

Como os dois extremos de uma ferradura, estas trajetórias enlaçam-se na mesma intriga. Não obstante, as maneiras com que cada um destes escritores lida com sua “condição de província” divergem em vez de se aproximar.

Análise Bibliográfica e Justificativa

De fato, como alegavam os escritores do círculo de Fran Martins, já há algum tempo, o Ceará encontrava-se em condições de produção e editoração artísticas bastante inferiores àquelas deparadas no Centro-Sul do país². O chamado “boom editorial” que marcou o início da década de 30 - possibilitado pela desvalorização do preço do café provocada pela crise de 29 e pelo conseqüente corte nas importações de livros estrangeiros que daí adveio – possibilitou a descentralização da produção no que toca ao Rio de Janeiro, que apesar de continuar hegemônico tinha agora concorrência considerável de outros estados (embora nenhum do norte tivesse produção vultosa) e, também, a emergência de jovens figuras na cena literária que atendiam aos anseios por informação de uma elite sulista desconhecedora do nordeste³ e cobriam o vácuo deixado pela geração de modernistas dos anos 20, os quais, ainda tinham por gênero de excelência a poesia⁴, não tendo por isso, nem a experiência, nem a dedicação necessária ao gênero romanesco, extremamente rentável para as editoras. É precisamente nesse conjunto emergente que se situa Rachel de Queiroz.

Em outros termos, o “boom editorial” assinalou a ascensão de alguns poucos escritores nordestinos - o que, bem ou mal, já significava um aumento na diversidade regional do campo literário -, a hegemonia do romance social e certa facilitação do acesso às condições

² A hegemonia desta região era tal que, em 1929, de cada dez livros editados no Brasil, seis advinham do Rio de Janeiro, então capital federal, dois de São Paulo e pelo menos um do Rio Grande do Sul. Os outros estados tinham de se dividir neste percentual que restou. A informação está em MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Biblioteca Nacional e Cia das Letras, 2001, p. 151.

³ ALBUQUERQUE JÚNIOR, DURVAL MUNIZ DE. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 3. ed. Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, São Paulo: Cortez, 2006.

⁴ MICELI, Sergio. Idem, p. 146-148 e também; JONHSON, Randall. **A Dinâmica do Campo Literário Brasileiro**. In: Revista USP, São Paulo (26): 164 -181, junho/agosto, 1995.

de publicação. A ironia reside no fato de que justamente quando esta estrutura alcança o máximo de sua suposta equidade – no fim do regime varguista, com o aparecimento de instituições democráticas – o grupo de Fran Martins está reunido em congresso para reclamar da desigualdade que provoca.

Entretanto, a mudança no mercado livresco assinalada acima, não poderia explicar sozinha a euforia destes protestos. Havia entre estes escritores malsucedidos, além de exemplos locais de uma experiência literária bastante feliz, o desejo de filiar-se a certa tradição intelectual cearense que logrou, na segunda metade do século XIX, ocupar lugar de destaque na dinâmica da vida artística brasileira através de uma articulada rede de imprensa capaz de promover a comunicação entre os estados.⁵ Literatura e prática jornalística se confundiam de modo que a “polêmica” - entendida aqui como um embate de cavalheiros movidos pelo desejo de salvaguardar sua honra – dava o ímpeto da escritura de boa parte do que viria a render consagração nacional a estes literatos⁶.

Para Raymond Williams a tradição é quase sempre “seletiva”, consistindo num “senso de continuidade predisposta”, “uma versão do passado que se deve ligar ao presente para ratificá-lo”⁷. Inspirado nisso, acredito que Fran Martins e seu grupo, a partir de uma concepção que tinham da experiência dos escritores cearenses mais antigos, justificaram aspectos de seu projeto político/cultural. Tanto é que Dolor Barreira⁸, durante o congresso de que estamos tratando, arrisca recompor o itinerário das “letras cearenses” desde seus supostos primórdios com os “outeiros”, até o momento que lhe era coevo. Neste processo, as mudanças no mercado editorial e no campo literário que fiz referência pouco acima, não se apresentam como problema de continuidade entre o tipo de literatura que se fazia então na década de 40 e o modelo literário/jornalístico do século XIX. Na opinião do crítico, aquele congresso, assim como as produções literárias recentes da geração de Fran Martins, representavam “verdadeira renascença literária, soerguendo” as letras cearenses “da espécie de modorra que as

⁵ Esta situação é aludida nos anais do I congresso da ABDE – CE. Esta rede jornalística é comentada de passagem por Angela de Castro Gomes em GOMES, Angela Maria de Castro. **História e historiadores: a política cultural do estado novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996; segue o trecho: “A formação de redes, que passam pelos jornais, articula produtores culturais de várias áreas, extrapolando sua formação acadêmica tout court e estendendo-se pelo país. Era possível e interessante escrever para jornais de diferentes cidades, construindo, a partir deles, uma trajetória intelectual de reconhecimento nacional. As imprensas do Recife e de Fortaleza destacam-se no circuito da amostra que está sendo examinada”

⁶ A relação entre a defesa da honra e as polêmicas literárias pode ser encontrada em RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A dança das cadeiras*. Campinas, SP: Editora Unicamp, Cecult, 2001. e; também VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical – história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

⁷ WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. p. 119.

⁸ Um dos primeiros críticos literários a compor uma história da literatura cearense.

quebrantara” desde os modernistas. Assim, legitimado por um passado em comum, a promoção daquela reunião não consistia em algo “extraordinário”, mas obedecia, “muito simplesmente ao imperativo de uma predestinação”, já que - sempre segundo o discurso de Dolor Barreira - o “Ceará é a predestinada vedeta das letras no Brasil.”⁹

Vista por esse ângulo, a empreitada que se dava no Congresso de 1946, surgia não como a emergência de uma geração de escritores tentando se adaptar a um novo arranjo do mercado editorial/literário, mas, como o ressurgimento de uma tendência que sempre fora muito forte e que se mantinha ainda. É interessante lembrar que a situação era outra completamente diferente no fim do século XIX, não obstante esta disparidade, a solução que este coletivo engendra para o “problema do intelectual de província” é muito similar à maneira de fazer literatura dos escritores mais antigos: trata-se da edição de uma revista literária, a CLÃ. Vejamos uma nota explicativa, presente em sua edição de nº 1:

[...] estamos dispostos a envidar todos os esforços – e nisso esperamos contar com a bôa vontade dos escritores, novos e velhos, do Ceará e do Brasil, os quais devem ver nesta publicação não uma realização individualista, mas um elo a ligar nossa província a todo o país, um veículo de aproximação dos nossos homens de letras com intelectuais de todos os Estados [...]¹⁰

Neste ponto, a trajetória de Rachel de Queiroz enlaça-se de modo mais palpável à de Fran Martins: Ao analisarmos o lançamento prematuro d’*O Quinze* (realizado ainda no ano de 1930), livro de estreia da autora, percebemos como este momento se encontra caracterizado pela presença de intelectuais mais antigos (como nome de relevo pode-se citar Antonio Sales), escritores consagrados, alguns ainda nascidos no fim do século XIX, que por consideração à amizade familiar mantida com parentes da moça, advinda de um ramo genealógico de forte tradição na cultura e na vida pública cearense, lançam mão de uma série de artifícios para divulgar a obra da jovem “Rachelzinha” – na época uma menina de vinte anos, que, dizem, escreveu escondida dos pais o seu primeiro romance.¹¹ Aqui, é justo o que aquilo que para uns é significado como a causa de seu completo fracasso profissional – o colapso de uma estrutura

⁹ **AFIRMAÇÃO**. Anais do I Congresso Cearense de Escritores. Fortaleza: Edições CLÃ, 1947. p. 30.

¹⁰ CLÃ. Revista do clube de Literatura e Arte. N. 1 (Fevereiro de 1948) - Fortaleza: Edições CLÃ, 1948. p ?

¹¹ O primeiro êxito da autora foi todo permeado pela assistência de intelectuais maduros, conhecidos da família. Antônio Sales¹¹, por exemplo, forneceu-lhe uma boa lista de contatos. Mas, foi Hyder Corrêa Lima, outro bom amigo de Rachel, também bom amigo de Nazareth Prado, próximo da “roda de Graça Aranha”, quem teve a felicidade de enviá-la carta falando do entusiasmo do último por *O Quinze*. Como se sabe, esse contato rendeu a autora o Prêmio de literatura da Fundação Graça Aranha. Para esta informação e para as citações presentes no texto ver: ACIOLI, Socorro. **Rachel de Queiroz**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003. (Coleção Terra bárbara) p. 58. e; QUEIROZ, Rachel de; QUEIROZ, Maria Luísa. **Tantos Anos**. São Paulo: Siciliano, 1998. p. 31.

artístico-jornalística e a perda de hegemonia de uma geração intelectual – que para a outra serve de trampolim.

Há ainda mais uma razão para os arroubos indignados de Fran Martins. Quando este colocava o intelectual como algo a ser resguardado em vista da sua suposta indispensabilidade social, lidava com uma ideia plenamente comum no universo cultural letrado do período; divulgada pelo Estado Novo em suas revistas oficiais de modo quase obsessivo¹²: a noção de que o escritor estava imbuído do dever social de liderar as elites e os setores trabalhadores, conformando-as à realidade brasileira. Vejamos o discurso de Fran Martins no I Congresso da ABDE - CE:

[...] queremos definir a nossa posição, cooperar com todos os nossos confrades do país para que o escritor brasileiro deixe de ser apenas uma figura decorativa na vida nacional e passe a desempenhar o papel que realmente lhe compete, como trabalhador intelectual que se esforça, de maneira idêntica a todos os trabalhadores conscientes, por um mundo melhor e mais feliz. [...]¹³

Além da evidente semelhança lexical, verificável em termos como “cooperar” e “trabalhador intelectual”¹⁴, a proclamação de Fran Martins - proferida durante o I Congresso da ABDE – seção Ceará, em 1945 - mantém com o pensamento autoritário varguista a contiguidade de uma lógica organizadora dos papéis sociais dos intelectuais e da função da arte, expressas na máxima de Vargas da necessária “simbiose entre os homens de pensamento e ação”¹⁵. De fato, é possível que esta concepção do escritor dotado de função na sociedade e engajado na recusa de uma posição distante da vida pública, inspire-se em raízes mais antigas. Sabe-se bem da situação de intelectuais como Euclides da Cunha e Lima Barreto que, motivados pelo imperativo de uma “literatura como missão”¹⁶, colocaram-se em busca de organização e interpretação nacional. Este tipo de postura já vinha sendo adotada entre nossos literatos desde o final do século XIX¹⁷. Mas, foi no regime de Vargas que esta tradição se

¹² OLIVEIRA, L. L.; VELLOSO, M. P.; GOMES, A. C. (org.) *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

¹³ **AFIRMAÇÃO**. Anais do I Congresso Cearense de Escritores. Fortaleza: Edições CLÃ, 1947. p. 20.

¹⁴ Alcir Lenharo, entre outras coisas, demonstrou a apropriação exercida pelo Estado Novo da perspectiva de cooperação entre as classes, promovida pelas encíclicas *rerum novarum* e, seu consequente desdobramento: a santificação do trabalho. LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. 2.ed. Campinas: Papirus, 1989.

¹⁵ Este trecho compõe discurso do próprio Vargas quando da sua posse na ABL, citado em VELLOSO, Monica Pimenta. **Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo**. In FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (org.) *O Brasil Republicano: O tempo do nacional - estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 151.

¹⁶ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão/** tensoes sociais e criacao cultural na primeira republica . Sao Paulo: Brasiliense, 1983.

¹⁷ CÂNDIDO, Antônio. **Formação da literatura brasileira (momentos decisivos)**. Belo horizonte: Itatiaia, 1964. p. 26-27.

conciliou com demandas de uma literatura modernista¹⁸ - que se colocava como vanguarda do pensamento e expressão brasileiros – e, foi lá também que se conjugou a isso a noção de que o intelectual deve estar agindo em relação próxima com as instituições estatais, abdicando tanto de se alinhar a oposição como, da sua situação marginal, supostamente produzida pelo liberalismo então vigente no Brasil¹⁹.

Continuemos com o discurso de Fran:

[...] Porque o nosso será um congresso antes de tudo reivindicatório, no qual, se a tanto for preciso, ergueremos muito alto a nossa voz, a fim de que ela chegue até os poderes públicos [...]. Creio que, nesta altura dos acontecimentos do mundo, e do Brasil, particularmente, não existe problema maior do que a formação das élites culturais, sérias e corajosas, capazes de, pela sua ação a frente do povo e dos governos, dar afinal uma orientação nítida, democrática e sadia aos movimentos políticos, sem o que, parece-me, estaremos apenas protelando as soluções que virão de qualquer maneira, inclusive pela violência.²⁰

A diferença entre a proclamação de Fran e o modelo pregado pelo Regime de Vargas reside no ideal de engajamento do intelectual. Para Vargas a aproximação subentendia deixar parte dos assuntos públicos para os homens práticos, evitando assim a crítica ao Estado. Já Fran Martins, convoca uma postura marcada pela ambiguidade, em que, se “o escritor deve participar ativamente da Política”²¹, também precisa demarcar certo estranhamento com a fórmula dos partidos, instituições que supostamente “não têm programa, ou se tem é letra morta”. Deste modo, o intelectual acumula, entre suas tarefas, a de “esclarecer o povo e desmistificar a prepotência dos governantes”, pois se transfiguram em “orientadores da opinião nacional”²²; espécie de vigia da ordem pública, sempre apto a punir os políticos mal orientados além de, de quebra, agir como guia do povo.

Apesar dos clamores por democracia, tão comuns no pós - segunda guerra, o discurso de Fran Martins não deixa de manter contatos com o pensamento autoritário de Vargas. Afora seus evidentes delírios de grandeza, o autor parte de constatações muito parecidas com aquelas que fundamentavam a implantação do Estado Novo: a necessidade de orientar as camadas populares e a debilidade das organizações políticas que, ou não cumprem com seu dever ou, se o fazem, simplesmente não estão reguladas por parâmetros legítimos de ação. Além disso, há certa referencia a um processo social que, se não devidamente organizado,

¹⁸ OLIVEIRA, Lucia Lippi. **Vargas, os intelectuais e as raízes da ordem**. In D'ARAÚJO, Maria Celina (org.) *As Instituições Brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: EdUERJ/FGV, 1999. pags. 83-96.

¹⁹ VELLOSO, Monica Pimenta. Op. Cit.

²⁰ **AFIRMAÇÃO**. Anais do I Congresso Cearense de Escritores. Fortaleza: Edições CLÃ, 1947. p 21-22.

²¹ **AFIRMAÇÃO**. Anais do I Congresso Cearense de Escritores. Fortaleza: Edições CLÃ, 1947. p. 171.

²² **AFIRMAÇÃO**. Anais do I Congresso Cearense de Escritores. Fortaleza: Edições CLÃ, 1947. p. 297, 300 e 301 dos anais da ABDE, seção Ceará.

culminará no uso da violência para se consolidar. Lembremos aqui, que a “constituição de uma base de apoio” ao regime instalado em 37 se fazia pela “solução da questão social”. Segundo esta lógica, o ditador contava entre seus méritos o de ter “evitado o conflito de classes” - potencializado pela “inércia dos governantes” e pela “influência da propaganda revolucionária” - e, mais importante, o de ter feito o Brasil, uma exceção a “regra de violências”, que antecederam as vitórias sociais noutros lugares do globo²³.

Enfim, são aspectos de pensamento autoritário que legitimam o status intelectual preconizado por Fran, entretanto, os encaminhamentos que este produz tomam por conceito fulcral a noção de democracia, não obstante a contradição que isto provoca. No mais, entendo como intrigante que a dita união entre Estado e intelectuais, propagandeada nos anos 30 tenha sido interpretada/transmutada por Fran Martins e seus acólitos em amparo e colaboração estatal para com o “intelectual de província”, estratégia que demonstra intimidade na lide com a cultura política hegemônica.

Neste ponto, proponho voltar atenção para as obras de Rachel de Queiroz, a fim de - do mesmo modo que fizemos com Fran - perceber sua relação com o conjunto de referências que dava licitude à tomada do poder por Getúlio entre os intelectuais. Escolho como chave de leitura este desejo manifestado por alguns modernistas, de captar no popular, a essência da brasilidade e torná-la inteligível através da arte²⁴. Como vimos anteriormente, certas bandeiras de luta deste movimento, transpassadas por esse ideal, foram contemplados pelo Regime de Vargas²⁵ justamente pela legitimidade que este princípio lhes concedia.

Neste sentido, *O Quinze* nos serve muito bem como ponto de partida, já que neste livro, o universo letrado e o popular esboçam contornos bastante definidos, chegando mesmo a cindir a narrativa em dois focos. Alternando em capítulos curtos, o volume é formado pelo relato da viagem de uma família de trabalhadores rurais e o cotidiano de Conceição, que apesar de não consistir exatamente numa literata, “talvez seja, das protagonistas de Rachel de

²³ Citações tiradas de: PARANHOS, Adalberto. O roubo da fala: origens do trabalhismo no Brasil. São Paulo, Boitempo, 1999. pp. 142-143.

²⁴ “Os intelectuais dos anos 25-40 mostram-se preocupados sobretudo com o problema da identidade nacional e das instituições [...]. Organizar a nação, esta é a tarefa urgente, uma tarefa que cabe às elites. Dela os intelectuais têm ainda mais motivos para participar, na medida em que constitui um fato indissolúvelmente cultural e político...” Citação presente em PÉCAUT, Daniel. Os intelectuais e a política no Brasil: Entre o povo e a nação. São Paulo, Ática, 1990. p. 14 -15.

²⁵ O trabalho de Helena Bomeny demonstrou como setores da ação pública, sobretudo os voltados para a cultura, política patrimonial, educação e arquitetura causaram alinhamento de interesses entre Estado e Intelectuais: BOMENY, Helena. Infidelidades eletivas: intelectuais e política. IN: BOMENY, Helena. (org.) Constelação Capanema: intelectuais e política. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2001. P. 11-35

Queiroz, a que mais demonstra preocupação intelectual, pois, além da leitura variada, escrevia poemas e um livro sobre pedagogia e ainda citava Nordau e Renan”²⁶.

O potencial emergente d’*O Quinze* reside no fato de que, por mais afirmada que seja a diferença entre o universo letrado e o popular – muito provável que simbolizada no relacionamento frustrado de Conceição com seu primo Vicente, um tosco vaqueiro, - em momento nenhum do romance, estes dois âmbitos deixam de se encontrar. Deste modo, é impossível para a elite letrada, ou mesmo para os intelectuais como representados por Rachel, se colocarem à busca da brasilidade, justamente porque mantêm relações imediatas com o universo popular.

Esta tendência corta transversalmente as outras representações de intelectuais²⁷ da obra de Rachel de Queiroz. Em *Caminho de Pedras* (1937), por exemplo, o “intelectual”, como é chamado no livro, é um militante do PCB, que mal consegue providenciar o sustento próprio, recém-chegado do Rio de Janeiro para organizar uma antiga célula da organização no Ceará. Em *João Miguel* (1932) o personagem intelectualizado é levado à loucura e acaba na prisão, onde só existem tipos advindos dos setores populares. Por fim, em *As Três Marias* (1939) o que se apresenta à leitura é um pintor, pobre e sem glamour, aproximado do universo do crime, a partir da caracterização de sedutor de moças.

Pode-se, com plena razão, objetar que os personagens de Rachel não se tratam propriamente de intelectuais, consistiriam mais acertadamente em sujeitos advindos da cultura letrada que desempenham algum ofício escriturístico, ou artístico etc. Não dispõem de elementos determinantes para enquadrar-se nesta categoria, como influência sobre a opinião pública, ou algum ideal de engajamento; na maior parte das vezes mal conseguem ordenado para garantir a subsistência. Como vimos, entretanto, esta caracterização se aproxima bastante do retrato da vida cultural provinciana descrito por Fran Martins.

Entre o projeto político de Fran e a obra literária de Rachel subsistem concepções coincidentes da situação intelectual. É bastante provável que aí exista, expressa, uma experiência comum, já que a própria Rachel constantemente retornava à casa paterna, onde pode ter tomado conhecimento das condições desfavoráveis à produção cultural que

²⁶ As citações foram retiradas de BARBOSA, Maria de Lourdes Dias Leite. *PROTAGONISTAS DE RACHEL DE QUEIROZ: Caminhos e Descaminhos*. Campinas, SP: Pontes, 1999. A edição do *Quinze* que se usa é a seguinte: QUEIROZ, Rachel de. *O Quinze*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1977 (23ª edição)

²⁷ A título de organização desse projeto fiquei restrito a tratar apenas das obras produzidas até a década de 50, mas entendo a importância de efetuar a leitura completa dos livros de Fran e Rachel.

imperavam no Ceará. Enfim, sustento a experiência congruente destes escritores como a liga que, apesar dos filtros culturais diferentes, os aproxima numa mesma intriga.

A problemática sobre a qual assenta esta pesquisa é, portanto, a relação das concepções da vida intelectual produzidas por Rachel de Queiroz e Fran Martins; a maneira com que expressam uma vivência ordinária; a configuração do campo literário e intelectual e da rede de sociabilidades que lhes dá vazão; a tradição seletiva que um deles elabora; as apropriações e rejeições que fazem dos elementos inerentes à cultura política intelectual do período.

O que leva a repensar o papel que intelectuais menores - como é o caso de Fran - podem ter no campo intelectual brasileiro, nem tanto nas obras produzidas, mas, nas agruras de suas vivências, na relação – manifesta em redes de sociabilidades, ou em proclamações de cunho público - que estas têm com a literatura e com o comportamento político dos “grandes” intelectuais.

O conceito de intelectual tem uma história complicada. O uso que historiadores e analistas sociais fazem dele enquanto elemento explicativo de determinada realidade, mistura-se inevitavelmente a ideais elaborados pelos próprios sujeitos que designa. Estas desavenças de conceituação do termo, referidas no segundo caso, não raro provocaram querelas famosas entre os intelectuais. Jean Paul Sartre, em certo ponto da carreira, popularizou e encarnou a noção de “intelectual engajado”, para ele, este se caracterizaria como aquele “que opina e intervém em todos os acontecimentos relevantes”, num “estado de vigília permanente”²⁸. André Gide, por outro lado, fazia a defesa do “silêncio intelectual”²⁹ a fim de buscar a autopreservação, tanto de suas obras como de sua integridade moral. Há ainda, Julien Benda que, numa outra via, diversa das anteriores, pregava a recusa das questões práticas e a valorização do universal³⁰.

Num meio termo entre a explicação e a defesa aberta de um ideal pode-se situar Edward Said, para quem no “fim das contas, o que interessa é o intelectual enquanto figura representativa – alguém que visivelmente representa um certo ponto de vista, e alguém que

²⁸ As citações estão em CHAUI, Marilena. Intelectual engajado: uma figura em extinção? IN: NOVAES, Aduino (org.) O Silêncio dos intelectuais. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 19- 44.

²⁹ Citado em COELHO, Marcelo. Engajamento e Traição IN: NOVAES, Aduino (org.) O Silêncio dos intelectuais. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 85 – 116.

³⁰ BOMENY, Helena. Op. Cit.

articula representações a um público, apesar de todo tipo de barreiras.” Para este “os intelectuais são indivíduos com vocação para a arte de representar”³¹.

Num foco mais analítico, Jean François Sirinelli, usando o termo elites culturais, localiza suas características no fato de dirigem-se primeiramente a seus pares, a despeito da enorme “influência” de que desfrutam e, do fato de impor à sociedade sua “própria imagem” e seus termos de autorreconhecimento³². Num viés mais historicizante, Helenice Rodrigues³³ retoma a trajetória da categoria desde seus prenúncios com os *clercs*, demonstrando certo grau de misticismo de que os intelectuais ainda hoje desfrutam. A autora também retoma o caso Dreyfus - momento em que o substantivo intelectual “faz sua irrupção na língua francesa” – e a ascensão e declínio da figura de Sartre. Nesta mesma via ainda se pode citar Benoit Dênis, que, realçando a importância de Sartre para a concepção de intelectual que nos é coeva, apela para uma diferenciação entre “intelectuais engajados” – estes estariam situados no contexto da guerra-fria e retomariam em parte os preceitos e a experiência de Jean-Paul – e “intelectuais com engajamento” - termo que, segundo o autor poderia ser aplicado a escritores anteriores.

Essas definições acima entendem o intelectual como um sujeito cuja autonomia e condições dignas de vida estão mais ou menos garantidas e, cujo prestígio social alcança patamares que tornam possível para ele manter certa relação com a opinião pública. Além disso, não há muita preocupação em abranger os intelectuais marginais e as dificuldades a que se submetem os que arriscam viver da arte. Num sentido diverso aponta Robert Darnton; este autor averigua que à “época do Alto Iluminismo, durante os últimos vinte e cinco anos do *Ancien Régime*”, a elevação do status dos escritores franceses andou de mãos dadas com a formação de um consistente grupo de “subliteratos” que “erguiam, em vão, as mãos para o governo”, enquanto “este concedia suas benesses a escritores seguramente instalados em *le monde*”³⁴. Fazendo destes sujeitos o foco de seu livro Darnton reavalia certas concepções que se criou da ação intelectual na Revolução Francesa.

³¹ SAID, Edward. Representações do intelectual: As conferências de Reith de 1993. São Paulo, Companhia das Letras, p. 27.

³² Os termos estão em SIRINELLI, Jean François. As Elites Culturais. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean François (Orgs.). Para uma História Cultural. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

³³ RODRIGUES, Helenice. O intelectual no campo cultural francês: Do caso Dreyfus aos tempos atuais. In: Revista VARIA HISTÓRIA, Belo Horizonte, vol. 21, nº34: p 395-413, Julho 2005.

³⁴ DARNTON, Robert. Boêmia Literária e Revolução: o submundo das letras no Antigo Regime. São Paulo, Companhia das Letras, 1987. pp. 14 e 21.

É nesse movimento de pensar o papel de escritores marginais nos processos sociais que esta pesquisa enseja se inscrever. Em se tratando de Brasil, Nicolau Sevcenko³⁵ através das narrativas e biografias de Lima Barreto e Euclides da Cunha conseguiu tratar de projetos derrotados no momento de construção da República. Outro exemplo marcante é o de Helena Bomeny³⁶, que trata da maneira como intelectuais de Minas Gerais, relegados a uma posição não hegemônica na política nacional, criaram um “lugar” para este estado na retórica e nos assuntos públicos do país.

Em outros termos, este trabalho se justifica intelectualmente pela sua inscrição num movimento de construção da história dos intelectuais marginais ou distantes da experiência hegemônica de aproximação com o Estado. Como bem se pode averiguar através de uma parte considerável das obras citadas neste projeto, a historiografia tendeu a realçar bastante as afinidades entre os intelectuais e o Estado Novo, paradoxalmente também negligenciou em boa parte, o papel dos artistas marginais nesse período. Essa concepção do trabalho intelectual acaba por tornar opaca a materialidade das relações intelectuais, idealizando um retrato dos artistas e descuidando da negociação contínua e dos aspectos políticos e materiais que estão envolvidos na criação artística.

É por esta via que se explica a escolha destes autores, Fran Martins e Rachel de Queiroz. Não somente pela problemática que trazem entre si, esboçada acima na comparação de suas representações dos ofícios intelectuais, mas também pela posição afastada dos poderes públicos e, portanto, pela apropriação peculiar que fazem da cultura política hegemônica. A própria trajetória de Rachel de Queiroz do notório lançamento prematuro, até a opção pela vida política³⁷ - assinalada pela inserção e depois abandono do PCB, e pela posterior identificação enquanto trotskista – delineia uma posição distante dos modelos explicativos da vida intelectual na década de 30, já que esta autora não produzia nas revistas do Estado nem fora contratada por este, tampouco, pode-se simplificar sua postura política simplesmente alinhando-a a esquerda, categoria caracterizada por uma diversidade de projetos e valores conflitantes - e as próprias escolhas de Rachel são um exemplo deste quadro complexo. Fran Martins e seu grupo como espero ter demonstrado também não se enquadram

³⁵ SEVCENKO, Nicolau. Op. Cit.

³⁶ BOMENY, Helena. Guardiães da Razão: Modernistas Mineiros. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/ Tempo Brasileiro, 1994.

³⁷ Rachel teve rápida passagem pelo PCB, fruto do contato com intelectuais como Hyder Corrêa Lima e Djacir Menezes. Chegou até mesmo a concorrer a cargo público não tendo sido eleita.

nos modelos de explicação que relacionam a vida intelectual e o poder público na década de 30, senão de modo marginal.